

## **Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital na perspectiva dos povos da floresta**

### **Multiple knowledge of network diversity: intercultural connections in the debate over digital inclusion with respect to the people of the forest**

### **Múltiples saberes de la diversidad en red: conexiones interculturales en la discusión de la inclusión digital en la perspectiva de los pueblos de la floresta**

Ricardo Damasceno Moura, especialista em populações indígenas da Amazônia. Endereço: Av. José Bonifácio, Vila Joca nº 17, apto 06 – São Braz. CEP: 66063-130 – Belém, PA. Telefone: (91) 9118-9582. E-mail: [tecsocial.moura8@gmail.com](mailto:tecsocial.moura8@gmail.com).

#### **Resumo**

O artigo analisa a questão relativa à inclusão digital no espaço amazônico, enfocando as razões para uma inclusão digital/intercultural; os múltiplos saberes culturais existentes; a implementação das novas tecnologias da informação e do conhecimento, a partir da etnologia na cibercultura; além de buscar compreender essa nova inclusão digital pautada nos reais interesses dos povos e das populações tradicionais da Amazônia. Enfatiza as propostas de inclusão digital presentes na agenda de governo, com o objetivo de questionar a dificuldade de acesso por parte de populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas, tendo em vista que as políticas públicas de inclusão digital não se estendem para essas populações. Com este estudo de caráter ensaístico, chegou-se à conclusão de que ainda há muito a ser feito pelas populações tradicionais da Amazônia, a começar pelo reconhecimento de suas culturas e da conquista da cidadania.

**Palavras-chave:** Inclusão Intercultural e Digital. Etnologia e Cibercultura. Sustentabilidade.

## Abstract

The article analyzes the issue of digital inclusion in the Amazon region, focusing on the reasons for digital intercultural/inclusion, on existing multiple cultural knowledge, and on the implementation of New Technologies of Information and Knowledge from an ethnology in cyberculture perspective. It also seeks to understand this new digital inclusion as guided by the real interests of the peoples and the traditional populations of the Amazon. The article emphasizes the proposed digital inclusion on the agenda of government, with the aim of questioning the difficulty of access by riverine populations, maroons and indigenous, considering that the public policy of digital inclusion does not extend to these populations. This study of essayistic character concludes that there is still much to be done for the people of the Amazon, beginning with the recognition of their culture and their conquest of citizenship.

**Keywords:** Digital intercultural inclusion. Ethnology and cyberculture. Sustainability.

## Resumen

El artículo analiza el tema de la inclusión digital en la región amazónica, con foco en las razones de la inclusión digital / intercultural, los múltiples saberes culturales existentes, la implementación de nuevas tecnologías de la información y del conocimiento, a partir de la etnología en la cibercultura, además de tratar de entender esta nueva inclusión digital basada en los verdaderos intereses de los pueblos y las poblaciones tradicionales de la Amazonia. El texto enfatiza las propuestas de inclusión digital presentes en la agenda de gobierno, con el objetivo de cuestionar la dificultad de acceso de las poblaciones ribereñas, quilombolas e indígenas, una vez que las políticas públicas de inclusión digital no incluyen estas poblaciones. Con este estudio de carácter ensayístico, se concluyó que aún hay mucho por hacer por los pueblos tradicionales de la Amazonia, empezando por el reconocimiento de su cultura y la conquista de la ciudadanía.

**Palabras clave:** Inclusión Intercultural y Digital. Etnología y la Cibercultura. Sostenibilidad.

## Introdução

Nos últimos anos, questões como a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação, tendo a internet como principal ferramenta, introduziram reflexões importantes a cerca de novos referenciais sobre o reconhecimento das populações tradicionais da Amazônia.

O propósito deste trabalho é trazer alguma contribuição não apenas para as discussões que estão sendo travadas sobre a exclusão digital, mas, sobretudo, para as discussões cadentes que buscam uma inclusão específica e diferenciada em se tratando de populações tradicionais da Amazônia. Nesse sentido, a democratização das tecnologias digitais deve contemplar as inter-relações que coexistem na Amazônia, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos atores envolvidos e os deslocamentos atuais do conceito de inclusão digital.

Tomando-se como referência antropológica os aspectos regionais e culturais de cada comunidade, observam-se o aumento do poder das ações alternativas de inclusão intercultural/digital e o surgimento de um perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. Pensamos que as reflexões sobre as práticas sociais em um contexto que resultou em “inclusão” marginal e perversa envolvem uma necessária articulação com entidades que têm hoje um papel importante para a implementação de projetos e ações voltados à geração de trabalho e renda.

Vale ressaltar que criar um novo modelo democrático e participativo do que se passou a denominar de inclusão digital não é tarefa trivial, pois apresenta a possibilidade de analisar as transformações de culturas tradicionais sob o novo sistema eletrônico de comunicação, resultante de novas tecnologias de comunicação e informação.

Como em nenhum outro momento, as discussões sobre inclusão digital trouxeram para o âmbito acadêmico os mais diversos conceitos. Mas, ao se conceituar inclusão digital, não atentamos para

se as definições são aquelas desejadas pelas populações tradicionais. Considera-se que as populações tradicionais devem ter o que dizer a respeito de como deveria ser a inclusão digital, uma inclusão capaz de levar à experiência de inclusão social, abrindo caminho para que os amazônidas ditem os rumos que querem dar ao seu futuro e ao do seu território.

Em meio à simbologia do espaço de vivência dessas populações, constroem-se os espaços da educação bilíngue e diferenciada como direito e política.

Essa educação, que é multidisciplinar e busca dimensionar o conhecimento das relações étnico-raciais na educação escolar indígena, favorece, principalmente, a compreensão da diversidade cultural a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 1997, p. 6), com uma proposta que se aproxima de

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Neste ínterim, a nova cibercultura<sup>1</sup> vai se configurando; exige que se amplie uma cultura de mobilização para a criação de estratégias sociais/educacionais de qualidade nas diversas comunidades tradicionais. É um contexto em que a definição do que é inclusão tem seu ritmo dado pelo avanço da consciência coletiva como prática da conquista da cidadania brasileira.

Refletir sobre a complexidade do processo de inclusão digital abre a oportunidade para compreender as dificuldades que surgem especialmente para antropólogos/as, etnólogos/as e pedagogos/as que discutem a valorização dos saberes tradicionais.

Interessa-nos aqui que a inclusão digital/intercultural esteja presente no crescimento das mídias indígenas, ampliando a possibilidade do empoderamento das questões nos aspectos ambientais, sociais e educacionais.

<sup>1</sup> Cibercultura é um termo utilizado na definição dos agenciamentos sociais das comunidades no espaço eletrônico virtual. Essas comunidades estão ampliando e popularizando a utilização da internet e de outras tecnologias de comunicação, possibilitando assim maior aproximação entre as pessoas de todo o mundo.

Refletir sobre a inclusão digital de forma diferenciada é abrir novos campos para a construção de outras cidadanias, que se fazem presentes a partir da Tecnologia da Informação (TI), da defesa dos direitos indígenas e do intercâmbio de informações entrelaçadas nas redes.

O debate sobre a inclusão digital não tem a escola como único lócus de conhecimento, porém está nas universidades, nas organizações não governamentais e nas discussões de cientistas da educação sobre os impactos da sociedade em rede e suas relações com os saberes tradicionais.

Nesse cenário, as críticas às políticas de inclusão social reaparecem; são vistas como políticas universalistas, sem levar em consideração que a inclusão digital de populações vulneráveis não é um problema comum, pois demanda políticas específicas e macrosociais, ocasionando, dessa forma, um processo de inclusão digital que dá pouca importância para a estrutura das comunidades da Amazônia.

O ponto-chave para a inclusão social é a diversidade, mas, infelizmente, os programas de inclusão digital são incapazes de partilhar e acolher alternâncias para a efetivação de políticas de diversidade.

Interessa-nos aqui buscar outra visão da inclusão digital com ritmos diversos, com uma efetiva mudança em seus modelos de estruturação ditados pelas políticas públicas, não sendo para as populações ribeirinhas da Amazônia um caminho de adaptação às exigências de inserção na aldeia global, mas sim transformações no caráter de incluir os sujeitos, vinculando-os a um compromisso de inclusão social.

Este trabalho está dividido em três caminhos.

O primeiro consiste em uma introdução. O segundo aprofunda a discussão a respeito de uma nova inclusão digital; abordaremos o espaço da cibercultura e a sua relação com a Etnologia<sup>2</sup> como ciência da

<sup>2</sup> Etnologia é o estudo (ou ciência que estuda) dos fatos e documentos levantados pela etnografia no âmbito da antropologia cultural e social, buscando uma apreciação analítica e comparativa das culturas.

pluralidade humana, com vistas à compreensão das possibilidades de inclusão de povos e comunidades da Amazônia – de se disseminarem em redes –, propiciando interação digital entre culturas/saberes. O terceiro traz a discussão a respeito de uma inclusão digital/intercultural; uma concepção de inclusão digital respaldada na diversidade e nas relações concretas entre os povos da floresta, em oposição aos programas de inclusão digital que desconsideram os anseios e interesses das populações da Amazônia.

Se conseguirmos, ao menos, fornecer subsídios a mais para a reflexão da inclusão digital na Amazônia, acreditaremos ter atingido os objetivos a que nos propusemos.

### **Inclusão digital e a busca por um acesso tecnológico respaldado nos reais interesses dos povos da Amazônia**

Um problema sempre suscitado quando se inicia um trabalho sobre inclusão digital é o da constante afirmação no campo acadêmico de que esse processo peca por não ter incorporado os direitos humanos, sociais e históricos de povos minoritários, omitindo os elementos de promoção de uma inclusão digital específica e diferenciada.

Tal problemática conduz à reflexão que, de fato, as conclusões sobre o que é inclusão digital não têm qualquer valor, pois se constituem em conceitos e práticas desvinculados dos reais interesses de populações ribeirinhas e tradicionais da Amazônia.

Nesse contexto, as populações tradicionais ainda têm pouca presença. Temos um ciberespaço de cerceamento da diversidade cultural e invisibilizador das culturas e cosmologias indígenas e de matriz africana; um espaço de formação e informação que não foi absorvido pelos conceitos de inclusão, a qual se encontra, meramente, no plano intelectual.

O que dificulta a inclusão do acesso de índios na cibercultura é a:

[...] divulgação do consenso de que os índios não são produtores, porém assistidos, noção que sustentou o modelo de desenvolvimento após 64

implantado no Brasil, que até hoje ainda influencia programas sociais, através de um conteúdo ideológico que desconsidera a diversidade cultural das populações indígenas, caboclas e negras, entendendo-as como culturas pobres, e portanto, sem prioridade (ASSIS, 2006, p. 36).

A apropriação digital por meio de uma etnologia na cibercultura, apoiada na Tecnologia Social (TS)<sup>3</sup>, traz um novo conceito de diversidade, de etnodesenvolvimento e de cultura como repertório de práticas e reconhecimento da condição básica dos povos tradicionais.

A necessidade de abordar o tema do acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) pelos povos e pelas comunidades tradicionais da Amazônia decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas de democratização digital e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade plural da Amazônia, defini-la como intercultural/digital em um espaço em que se articulam natureza, técnica e cultura.

Necessário se faz, portanto, efetivamente incluí-las, mas uma inclusão que evidencie as possibilidades, potencialidades e vantagens que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) trazem para a diversidade cultural e para a emancipação das subjetividades e dos saberes.

A diversidade cultural tem a capacidade de “reinventar” um mundo rico e variado, que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e os valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, dos povos e das nações (UNESCO, 2007)<sup>4</sup>.

Fica evidente que, dependendo do lugar, da organização social e da pedagogia própria de determinada população, diferentes serão as respostas para as políticas públicas de inclusão digital, demandando propostas de inclusão(ões) digital (is) diferenciada (s).

Há séculos se entende a Amazônia como um “circuito inferior”, como territórios improdutivos, o que confirma que, quando o assunto é Amazônia, o grande destaque nos noticiários nacionais e internacionais

<sup>3</sup> Considera-se tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social comprovado.

<sup>4</sup> Diversidade cultural, citado no Plano da Secretaria de Economia Criativa, do Ministério da Cultura.

vai para os alarmes referentes à situação de pobreza. Mas, ao contrário do que se supõe nos municípios encobertos pela floresta, temos territórios com potencialidades, força, capacidade e competência. Isso impõe um duplo desafio para as ciências tecnológicas e sociais. Por um lado, viabiliza o entendimento de que a tecnologia transforma a realidade social (mesmo diante da imprecisão do conceito de inclusão digital); por outro, cria a capacidade de geração de riqueza adaptada aos fenômenos culturais apresentados pelas comunidades tradicionais.

Diante das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, vemos que outra proposta de inclusão digital, quando apropriada pelos povos indígenas e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania. A perspectiva de trabalho de combate à exclusão social, *a priori*, tem que prever níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia de vida dos povos da floresta.

Ainda existe no Brasil a ideia errônea de inclusão digital como “modismo”, apoiada em ações isoladas e superficiais que trabalham na erradicação da barreira digital, resultando, dessa forma, em um distanciamento de ações pedagógicas que envolvem toda a comunidade. Outra proposta de inclusão digital que se defende neste trabalho visa o fortalecimento da sociedade civil, está menos em nível de política e relaciona-se com a prática do aprender, do ensinar e de promover mudanças juntos.

Essa inclusão social vista pelas populações da Amazônia é algo emancipador, não inviabilizando, dessa forma, a manutenção de sua(s) alteridade(s), suas tecnologias e inovações. Cada comunidade torna-se capaz de desenvolver estratégias próprias de comunicação sociocultural em rede e usufruir de bens culturais, sociais, tecnológicos e econômicos.

Para o trabalho com os povos e as comunidades tradicionais, trata-se menos de oferecer um pacote fechado de conhecimentos e



mais de colocar a educação a serviço de uma comunidade que moldará o universo de conhecimento, de acordo com suas necessidades, seus momentos e a dinâmica concreta de seu desenvolvimento sustentável e coletivo.

A proposta educativa de Educação Escolar Indígena deverá ir além da educação multicultural. Seu principal desafio é articular-se com a Tecnologia de Informação (TI)<sup>5</sup>, propiciando o acesso a instrumentos tecnológicos, desde a aula convencional até os sistemas baratos e modernos de TV comunitária. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) podem ser utilizadas em uma concepção pedagógica em que o educador é mais um “parteiro” do potencial local do que propriamente fonte de saber.

Nas aldeias, novos movimentos surgem para defender as causas indígenas, os direitos humanos e a preservação ambiental: transformam a internet em uma ferramenta essencial para disseminar informações, organizar e mobilizar. As novas tecnologias alteram a natureza da comunidade em prol do coletivo.

No Brasil, o termo inclusão digital é muito recente e desconhecido para grande parte dos brasileiros que ocupam os espaços longínquos da Amazônia. Há um desconhecimento tanto em termos de concepção quanto em suas múltiplas formas de implementação.

Atualmente, o processo de inclusão digital pode ser definido como:

um conjunto de políticas públicas que está relacionada à aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais, como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Assim, estabelece-se uma relação intrínseca entre acesso/uso. É a partir do uso que as pessoas fazem das informações que se podem distinguir níveis ou tipos de inclusão digital (BAVA, 2004, p. 40).

<sup>5</sup> É a área de conhecimento responsável por criar, administrar e manter a gestão da informação por meio de dispositivos e equipamentos para acesso, operação e armazenamento dos dados, de forma a gerar informações para a tomada de decisão.

Contudo, a discussão sobre a inclusão digital tem girado, basicamente, em torno de um de seus pilares, que é o acesso à utilização de equipamento, programas de computador e navegação. No entanto, as ações de democratização das tecnologias digitais vão mais

além. Sinalizam para dois objetivos fundamentais: um, de caráter de equiparação de oportunidades e de acesso; outro, de caráter formativo – relacionado à aprendizagem necessária para que atores e sujeitos sociais possam interagir no mundo das mídias digitais.

A educação para a multiculturalidade desenvolve competências e habilidades que permitem articular os diversos espaços de diversidades e conhecimentos por onde trafegam simbologias, saberes e culturas.

Contudo, não se vê uma sinalização do poder público no envolvimento das populações tradicionais no processo de apropriação das tecnologias; não se veem indígenas tecnólogos para a aplicação social de novas tecnologias em suas comunidades. Não se desenvolvem na Amazônia tecnologias associadas a saberes e conhecimentos sobre o meio ambiente.

Existe, portanto, pouco empenho das universidades no sentido da formação de pesquisadores indígenas, pois isso exige não somente a aplicação de novas tecnologias, mas a apropriação e ressignificação tecnológica em termos de empoderamento de povos vulnerabilizados.

Hoje em dia, o que se vê é que a exclusão social se dá já pela forma como as tecnologias digitais são pensadas e exercidas na academia: fica sempre na contramão da democratização, sem a necessidade de ser consolidada em diferentes espaços. Contudo, a universidade ainda se constitui em um espaço pouco democrático para o amplo acesso digital, pois, mesmo os conhecimentos nativos, quando transformados em uma linguagem científica, acabam se tornando incompreensíveis para as populações tradicionais.

A exclusão se dá duplamente, pois a linguagem científica acaba por borrar o acesso ao conhecimento científico e local; além disso, os problemas e dilemas enfrentados pela população da Amazônia não são reconhecidos como temas legítimos para a academia. Desse modo, não chega a se constituir uma comunidade científica forte e organizada em torno da pesquisa de soluções para os problemas das populações

tradicionais. E, quando soluções são encontradas, elas não logram ser distribuídas de modo a causar um impacto significativo para a melhoria da qualidade de vida da população.

A instrumentalização tecnológica a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) não é apenas um direito: é também uma necessidade de povos e comunidades tradicionais da Amazônia e também um desejo da sociedade brasileira, na medida em que os povos indígenas administram hoje mais de 13% do território nacional, sendo que na Amazônia legal esse percentual sobe para 23%. Não se trata apenas de garantir o acesso, mas de dar condições de inclusão digital plena e diferenciada para que possam “trazer para a rede” seus anseios cadentes por políticas públicas de diversidade, possibilitando reconfigurações da inclusão na perspectiva dos excluídos.

### **Inclusão intercultural/digital**

O conceito de inclusão intercultural/digital aplicado à inserção tecnológica na Amazônia demanda cada vez mais novos enfoques, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis para as comunidades. Esse novo conceito se consubstancia na possibilidade de lidar com conexões entre diferentes etnias, propiciando entrelaçamentos em rede e compartilhamentos entre múltiplos saberes.

Considerando que o escopo da inclusão digital exige a atenção de todos os setores, a nova inclusão intercultural/digital visa um aprendizado de que ainda carecemos: encontrar meios criativos, de forma pública e democrática, para um processo diferenciado e sustentável de inclusão digital que alcance a todas as dimensões culturais de povos e comunidades da Amazônia.

Contudo, existem debates contrários a essa inclusão, que impedem ou dificultam uma discussão profunda sobre o processo de inclusão digital específico para grupos étnicos e com menos chances de serem incluídos digitalmente; mais do que isso, há debates que

inibem ou tentam impedir a implementação de políticas públicas com base na diversidade.

Na Amazônia, temos uma grande lacuna de tecnologia de informação, sobretudo, nos territórios indígenas, mas ainda porque em diferentes instâncias políticas e institucionais do Brasil contemporâneo se perpetua uma atitude colonialista em relação aos povos indígenas e permanecem compreensões de invisibilidade e redutoras do índio, imagens estereotipadas que necessitam de profunda crítica e ruptura. Para Gates (1995, p. 50) essa situação se agrava “se não temos um sólido campo de discussão de como essa inclusão digital pode ser realizada”. No entanto, a viabilidade de um trabalho efetivo requer um conhecimento preciso dos povos e das comunidades que habitam esse território imerso na floresta.

Negligenciar a inclusão de múltiplas etnias ao acesso às TICs é destituí-las de sua condição de sujeitos, aprofundando a desigualdade e impedindo que atores sociais se estruturam e se organizem, originando novas formas de resistência coletiva contra a opressão.

Os “excluídos da floresta” não são apenas rejeitados física, geográfica ou materialmente, mas também o são por todas as riquezas de seus valores que não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural.

Daí a necessidade de uma inclusão intercultural/digital, um saber ainda em construção que demanda empenho para fortalecer a garantia do acesso às tecnologias por meio da consolidação de canais abertos à participação de uma pluralidade de atores em processos decisórios de interesse público.

#### **4. A etnologia na cibercultura**

A inserção de novas tecnologias nas comunidades tradicionais da Amazônia é um fenômeno recente e envolve relações entre coletividades distintas, com formas específicas de apropriação das

TICs. Isso nos remete a pensar em uma etnologia na cibercultura que não trate tão somente da cultura material dos povos, mas, sobretudo, que estimule a interação entre grupos culturais nos ambientes digitais.

Erny (1982, p. 17) faz incursões por esse campo da etnologia ao afirmar que “[...] quando se ensina etnologia, nota-se, entretanto, que por vezes é difícil responder o que é efetivamente etnologia. Uma ciência não se define somente pelo assunto a que se dedica, mas também o ângulo em que o aborda e pretende trabalhar”.

A etnologia da Amazônia presta-se particularmente bem a uma reflexão sobre culturas e grupos sociais com sua forma própria/específica de apropriação das TICs e inclusão de comunidades amazônicas na aldeia/digital/global: ela se interessa prioritariamente pelo que é diferente, privilegia o contato com a realidade humana, pretende levar a investigação até o nível inconsciente da vida social, sempre perseguiu um ideal de aproximação total, procura apreender as culturas tais como as percebem aqueles que são delas portadores e atinge logicamente a comparação (ERNY, 1982).

Para uma análise das populações tradicionais da Amazônia, a etnologia pode fornecer matéria para uma antropologia social ou cultural, ou mesmo filosófica, mais geral, indo além das diversidades das culturas, mas apoiando-se nela na procura de aprofundar uma análise crítica, tomando-se por objeto culturas específicas em toda sua extensão.

Nessa perspectiva, segundo Bauman (2005), para que haja de fato uma apropriação tecnológica ressignificante de povos tradicionais, ela deve ser implementada dentro de critérios que não neguem as suas raízes e nem as suas histórias. Uma inclusão capaz de trazer esses povos para a problemática de suas populações, propondo diálogos interculturais em rede sobre as preocupações convergentes da comunidade.

As etnias do Brasil nos programas sociais não foram consideradas uma prioridade, o que levou indígenas e ribeirinhos a se

organizarem em associações para demandar a sua participação ou inclusão nas políticas de combate à exclusão digital. Por que justamente as populações tradicionais não seriam incluídas? Por que teriam que ficar à margem do processo tecnológico? Segundo Lévy (1999, p. 20), a inclusão digital traz consigo o problema da questão da exclusão. Para ele, o crescimento do ciberespaço provoca uma exclusão social: “A cibercultura provoca exclusões? É evidentemente uma pergunta central em uma sociedade mundial na qual a exclusão (ou seja, a forma contemporânea, de injustiça social) é uma das principais doenças”.

Na sociedade em rede, tudo se interconecta: as pessoas, os espaços, as tecnologias. Surowiecki (2006) identifica esse processo como sabedoria das multidões, pois grupos diferentes conectados compartilham informações e resultados. Já Lévy (1998) fala em inteligência coletiva: é uma inteligência que, distribuída por toda parte, incessantemente valorizada e coordenada em tempo real, resulta em uma mobilização efetiva de grupos e movimentos que buscam não somente uma satisfação, mas o reconhecimento de suas culturas, identidades e aspirações (Ibidem).

É nesse contexto que a etnologia como ciência da diversidade e do particularismo torna-se imprescindível para nos dar a ideia do processo de inserção tecnológica de populações tradicionais da Amazônia a partir de uma inclusão intercultural/digital que surja no âmbito dos espaços indígenas e quilombolas dos temas que nascem da diversidade e das inquietudes dos povos da floresta.

Destarte, é preciso considerar que as populações da Amazônia construíram uma organização baseada em princípios voltados para a conservação da natureza, ancestralidade, o uso coletivo da terra e as relações de parentescos, formando assim uma territorialidade diferenciada. Resistiram ao longo da história e constituíram organizações representativas de suas categorias, estabelecendo um processo de reivindicação política pautado na visibilidade e no reconhecimento dos direitos.

A democratização do acesso à tecnologia tem sido assumida em diversos graus pelos governos nacionais de turno, isto é, têm sido até

agora medidas públicas ligadas a partidos políticos. Porém, iniciativas da área privada, da sociedade civil, de empresas transnacionais e organismos internacionais já têm criado algumas medidas de inclusão digital.

O atual plano de governo para a inclusão digital precisa conferir importância à democratização do acesso às TICs como política pública pautada por dois pressupostos: reconhecer que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano e que hoje o direito à comunicação é sinônimo de direito à comunicação mediada por computador, tratando-se, portanto, de uma questão de cidadania.

Os programas de inclusão digital em nenhum instante de sua elaboração incluíram em sua pauta a diversidade como fenômeno ou conceito que se estende muito além do acesso. Para Silva et al. (1996), a diversidade amazônica diz respeito às variedades de grupos, etnias, indivíduos, condições socioeconômicas, trajetórias sociais, origens geográficas, deslocamentos territoriais, visões de mundo, práticas culturais, crenças, religiões, etc. Por isso, hoje é grande a dificuldade de se constituir políticas de inclusão digital nas comunidades da Amazônia.

Em meio a programas do governo brasileiro, a inclusão digital surge como medida ou programa pró-acesso/uso. É a marginalização de grandes camadas da população que, por carecerem das condições mínimas de bem-estar, não têm, pelo geral, um acesso mínimo assegurado às tecnologias de informação, que são elementos-chave para a formação integral do ser humano, no que diz respeito ao acesso e uso das informações. Porém, a erradicação da exclusão digital não aparece, nesse cenário, articulada com outras políticas de luta contra as diversas desigualdades sociais.

Para Sawaia et al. (2001), temos uma proposta não de inclusão, mas de inserção social perversa, pois a sociedade exclui para incluir, e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Portanto, em lugar da inclusão, o que se tem é a dialética da inclusão/exclusão, principalmente, quando se pensa nas populações tradicionais.

Em síntese, a exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Não é uma coisa ou um estado; é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

De acordo com Foracchi (1982), o conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processos quanto a situações consequentes. De forma mais clara que o conceito de pobreza, compreendido, muito frequentemente, como se referindo exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos por meio dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e identidade. Ele, ao mesmo tempo, engloba os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços.

Na Amazônia, com relação à situação atual dos povos tradicionais, observa-se que as políticas econômicas acabam por provocar políticas de inclusão precária e marginal.

As reflexões e análises, infelizmente, não se produziram a partir de horizontes necessariamente críticos em relação ao cenário atual dessas comunidades. Entende-se que a compreensão dos ambientes cultural, étnico e social em que serão inseridas é condição necessária para que elas sejam eficazes e se convertam em ferramentas de mediação entre culturas e de transformação das realidades.

O espaço de uma etnologia na cibercultura alerta para as condições entre as possibilidades do reconhecimento do saber tradicional em rede, favorecendo a troca de conhecimentos e a efetiva participação pública de populações da Amazônia nas tomadas de decisão em prol da sustentabilidade e do meio ambiente.

Assim, a tecnologia provoca mudanças “ecológicas”: ela modifica totalmente as relações no ambiente em que é introduzida. O fundamental, portanto, é saber em que medida os novos meios/tecnologias alteram a concepção sobre o que é o conhecimento e, no limite, sobre o que é a educação – não uma educação puramente técnica,



pensada apenas como treinamento para o uso de equipamentos, mas uma educação que faça da própria tecnologia objeto de interrogação, a fim de que os sujeitos não sejam usados nem abusados por ela (POSTMAN, 2002).

Consideramos que um primeiro passo nessa direção é reconhecer que a inclusão que se vem realizando hoje termina por negar a diferença ou silenciá-la. Então, propõe-se – por meio de processo específico e diferenciado de inclusão digital – colocar ênfase na diferença e garantir, pelo uso da tecnologia, que diferentes identidades e interfaces culturais presentes em um determinado contexto indígena ou quilombola se expressem nos espaços em redes digitais.

Outro elemento importante para a inclusão digital é o processo de empoderamento de direitos, principalmente, orientando os atores sociais que, com o advento da globalização, têm menos poder na sociedade da informação e menores possibilidades de influir nas decisões políticas e nos processos coletivos. O empoderamento favorece sua organização e sua participação ativa na sociedade.

Por isso, o processo de inclusão digital é também uma ação afirmativa, concebida no sentido de desenvolver estratégias e metodologias de fortalecimento do poder de grupos vulnerabilizados para que eles possam lutar pela igualdade de condições de vida em sociedades marcadas por mecanismos estruturais de desigualdade e discriminação.

Outro aspecto fundamental da inclusão digital etnológica é a formação para uma cidadania, capaz de subsidiar os “povos excluídos” a reconhecer as assimetrias de poder, trabalhar os conflitos e promover reações solidárias.

Nessa direção, que efeitos têm hoje as políticas públicas de inclusão digital para o empoderamento de direitos e quais os desafios das populações tradicionais na medida em que elas cobram esforços para a promoção de um mundo social mais solidário e reconhecedor da diversidade?

No entanto, defendemos uma perspectiva de democratização das tecnologias, que, por um lado, propõe o acesso aberto, livre e interativo às TICs, de forma a acentuar a interculturalidade, por considerá-la a mais adequada para combater a exclusão digital; por outro lado, uma inclusão que ofereça um contexto novo e impressionante, em que se reforcem identidades e saberes na internet.

A inclusão digital em uma perspectiva intercultural objetiva promover uma educação para o reconhecimento do outro, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Certamente, tem-se que levar em consideração que cada cultura tem suas raízes e que elas são históricas e dinâmicas.

Segundo Walsh (2001, p. 10-11), a interculturalidade é “um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes, práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença”.

Já Candau (2010, p. 16) reforça que “a interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social”. De acordo com as pesquisas de Fleuri (2000, p. 91):

a interculturalidade refere-se a um complexo campo de debate entre as variadas concepções e propostas que enfrentam a questão da relação entre processos identitários socioculturais diferentes, focalizando especificamente a possibilidade de respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule.

Repensar a inclusão digital/intercultural põe à frente um grande desafio de reconhecimento da cultura e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais. Refere-se ainda à construção de conteúdos digitais e ao compartilhamento de saberes a partir de uma perspectiva política. Uma luta por reconhecimentos e direitos à cidadania que se dissemina também em redes. Os “povos da floresta” participam então dessas redes como populações dinâmicas, com capacidade de compreender e articular tecnologias, pactuando-as com os interesses comuns de cada grupo étnico.

Para uma inclusão digital diferenciada e específica que restabeleça o respeito às diferenças, ampliando a significação do habitat de populações indígenas, há de se pensar, também, de forma geral, quais são os benefícios e as implicações da tecnologia nas relações sociais na Amazônia.

### **Considerações finais**

O processo de redução da exclusão digital traz novas possibilidades para povos e comunidades tradicionais que foram historicamente objetos passivos de políticas indigenistas assimilacionistas e tutelares, silenciados em suas culturas e identidades, mas que agora buscam o reconhecimento pelas práticas pedagógicas que desenvolvem como sujeitos com cultura e conhecimento.

A inclusão intercultural/digital destinada a segmentos que, por séculos, viveram em condição de invisibilidade é também uma forma de ação reparadora, tendo em vista que se desenvolve entre grupos específicos que apresentam menores chances de serem incluídos digitalmente.

Uma das características mais importantes da democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação é o desenvolvimento de práticas que ensejam uma transformação nos comportamentos e na mentalidade da sociedade, sobretudo, das novas gerações que habitam a floresta, dando condições de refletirem sobre as desigualdades inerentes ao processo de inclusão na sociedade do conhecimento.

Algumas etnias começaram a se organizar para serem partícipes da chamada sociedade da informação, porém, em geral, têm tido um papel passivo, sendo receptoras de medidas governamentais ou privadas, o que poderia influir na demora para a expansão de programas de inclusão digital para elas.

Para uma efetiva inclusão digital pautada no conceito de diversidade e cidadania, faz-se necessária uma ação formativa, com

a participação estadual, municipal e federal, reunindo a sociedade civil, as universidades e empresas para a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão.

Dentro dessa perspectiva, espera-se que surjam novos debates para que possamos dividir experiências, trazer inéditas contribuições para o desenvolvimento social, além de assegurar uma nova tomada de pensamento. Nesse sentido, experiências concretas de apropriação social da tecnologia de informação e comunicação impulsionam metodologias em que se constroem os parâmetros, aliando os saberes das comunidades aos conhecimentos técnicos.

Recebido 15/09/2012

Aprovado 25/07/2013

### Referências bibliográficas

ASSIS, E. **Direitos indígenas num contexto interétnico:** quando a democracia importa. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)– Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BAUMAN, Z. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

BAVA, S. C. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: PAULO, A. de (Org.). **Tecnologias Sociais:** uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 103-116.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual: Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdflivro101.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

CANDAU, V. M. F. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). **Multiculturalismo:**

diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 13-37.

ERNY, P. **Etnologia da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FLEURI, R. M.; SOUZA, M. I. P. Entre os limites e limiars de culturas: educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI, R. M. (Org.). **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 67-81.

FORACCHI, M. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

GATES, B. **A Estrada do Futuro**. Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POSTMAN, N. **O fim da Educação: redefinindo o valor da escola**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SAWAIA, B.; et al. (Orgs.). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, L. H.; et al. (Org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996.

SUROWIECKI, J. **A sabedoria das multidões**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: UNESCO, 2007.

WALSH, C. **La educación intercultural en la Educación**. Lima: Ministério da Educação, 2001.